

povo do Brasil, em perfeita consonância com aquelas grandes manifestações de São Paulo e Rio, diante da nova situação de nosso País. Todo o mundo está agora mais tranquilo e seguro de que, doravante, teremos um clima de tranquilidade, de ordem e de paz.

Uma das coisas que mais me impressionaram no interior, Sr. Presidente, foi verificar que essas populações exigem agora uma nova ordem, um completo expurgo, uma limpeza total dos sindicatos, das escolas, das autarquias, de todos os órgãos públicos, a fim de que eles se livrem dos elementos comunistas neles infiltrados.

Sr. Presidente, fui, há muito tempo, um dos lutadores contra a situação que aí estava. Tenho, portanto, autoridade moral para falar agora.

Devo dizer que o sentido de nossa luta nunca foi o de defender privilégios de ninguém. Não estávamos aqui para proteger grupos econômicos nem qualquer interesse escuso. Estamos prontos, como sempre estivemos, desde a primeira hora, para votar, nesta Casa, as transformações de estrutura de que o Brasil necessita para o maior bem-estar do seu povo. Nosso intuito — não é defender interesses de grupos econômicos ou privilégios, mas, sim, exclusivamente, defender os interesses do povo brasileiro. (Muito bem)

O SR. STÉLIO MAROJA:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estive em Belém durante a Semana Santa e ali recebi, da Associação Comercial do Pará, para encaminhamento ao então Presidente da República, denúncia sobre os inqualificáveis fatos que estão ocorrendo no meu Estado no tocante ao contrabando do café.

Não me foi possível fazer a entrega dessa denúncia, dessa representação ao Presidente João Goulart. De sorte que, sexta-feira última, estive no Palácio do Planalto e fiz a entrega deste documento realmente impressionante ao Deputado Getúlio Moura, que ocupa a chefia do Gabinete Civil do Presidente. Trata-se, Sr. Presidente, nobres Deputados, de fatos que não podem ficar sem uma apuração e sem a punição dos responsáveis. Tive já oportunidade de dizer nesta Casa que o que ocorria no Pará dava a impressão de que ali estava revogado o Código Penal. Três embarques de café, sucessivos a partir de janeiro, foram desviados para Parauapebas. A Associação Comercial do Pará classificou esses desvios como de verdadeiro ato de pirataria, que se consuma à luz do sol nesta década de sessenta do século XX. Menciona a Associação Comercial que o primeiro embarque, de 28 mil sacas de café, conduzidas pelo vapor Adelaide, um outro de 35 mil, pelo vapor Altamira, e um último, de 25 mil, pelo vapor L. José, no montante total de oitenta e oito mil sacas, foram desviadas para a capital da Guiana Holandesa.

Sr. Presidente, a gravidade desse contrabando decorre da ostensiva participação do Instituto Brasileiro do Café. Em Belém, diz-se abertamente que trezentos milhões de cruzeiros foram distribuídos a funcionários da administração do I.B.C. para facilitar este alto negócio para os que dele participaram. São fatos como estes, Sr. Presidente, que realmente realçam no País a decomposição do grupo de autoridade.

Nestes dias difíceis que vive o País, o que desejamos expressar é a convicção de que o Poder Público só poderá consolidar o regime democrático através da moralização adminis-

trativa que realize o banimento completo desses abusos e crimes praticados em nossas repartições públicas e autárquicas.

Deixarei na mesa, Sr. Presidente, cópia da representação dirigida pela Associação Comercial do Pará ao Presidente da República, como parte de minha breve exposição. (Muito bem)

O SR. ARNALDO NOGUEIRA:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, venho à tribuna para, em rápidas palavras, focalizar alguns aspectos da atual situação brasileira.

Srs. Deputados e Sr. Presidente, a revolução que aí vamos não se fez à toa. Não se arriscaram as Forças Armadas e o povo apenas para tirar um homem do poder. Não! Foi contra um sistema de Governo, agitação e corrupção que se levantaram as Forças Armadas e o povo brasileiro. Foi em defesa da Constituição violada e ameaçada. Agora é chegado o momento de agir no sentido de recuperar o tempo perdido. Necessário se faz uma nova revolução contra os privilégios, contra a corrupção, contra a passividade, contra as distorções ideológicas, contra as que buscavam, à sombra da lei e da Constituição, acabar com essa mesma lei e rasgar a Constituição. O Congresso não pode entregar-se à passividade e à indiferença, diante dos urgentes problemas nacionais. O povo espera tudo de nós. Espera pela reforma dessas estruturas e dessas bases podres, arcaicas, operantes, e nós devemos fazê-las, essas reformas, dentro da lei crista e humanamente. Ao novo Governo, ao lado do Congresso, cabe uma tarefa difícil e ao mesmo tempo grandiosa. Há três décadas o povo brasileiro anseia por um Governo acima da política, acima das manobras interestessais e um governo enérgico e humano, justo e austero, diligente, ativo, honrado, leal, eficiente, ativo, lúcido, capaz, dentro da lei, com a lei que deve ser para todos os que sabem e queiram respeitá-la.

A inflação, o analfabetismo, a corrupção, a miséria, a fome são alguns dos problemas que se eternizam em nosso Brasil e que podem ser resolvidos se se derem as mãos o Congresso, o Poder Executivo, o clero, as Forças Armadas, os estudantes, os operários, todos aqueles que, bem intencionados, desejarem recuperar este País. Não é uma tarefa impossível. Sr. Presidente, não é uma tarefa desumana, é uma tarefa que com a graça de Deus conseguiremos para que amanhã a História não venha a apontar-nos como falhos e como aqueles que não souberam cumprir com o seu dever. (Muito bem).

O SR. MAURICIO GOULART:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como o momento comporta, desejo apenas dizer algumas palavras para que conste dos Anais desta Casa um voto de sentido e profundo pesar pela morte ocorrida sexta-feira passada, na Capital de São Paulo, do escritor Afonso Schmidt.

Estão de luto o jornalismo e as letras nacionais pelo que têm de mais legítimo, de mais puro e de mais alto. Não lhe vou, Sr. Presidente, nem seria este o momento próprio, traçar-lhe o perfil de poeta escritor, jornalista, contista, teatrólogo. Quero apenas que esta Casa do povo registre a morte de um homem que, desde 1912, quando publicou o seu primeiro livro "Janelas Abertas", vive debruçado sobre as infelicidades, as amarguras, as angústias e as injustiças que atormentam o povo. Escritor que teve a fortuna de conhecer na redação de "O Estado de São Paulo", em 1926,

quando lá entrei pelas mãos austeras e puras de Nestor Rangel Pestana, Afonso Schmidt bem honrou sua condição de intelectual. Não fez de sua arte uma torre de marfim. Não passou pelos jardins de Academus; ao contrário, viveu pelas ruas do seu País e de todo o mundo, sentindo o sofrimento do povo e sofrendo com o povo.

Os poetas não morrem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas Deus os chama para alegrarem os céus. E eu farei Afonso Schmidt. (O povo é abraçado).

O SR. MARCO ANTONIO:

(Lê a seguinte comunicação) — Sr. Presidente, há quatro dias verificou-se no País um golpe de Estado contra a ordem legal, golpe homólogo pelo Congresso ao declarar vaga a Presidência da República. Que interesses e forças, Sr. Presidente, podem ser responsabilizados pelo golpe, desde que a tração dos chefes militares acoberta poderes correntes que se unificaram para que fosse efetivada a derrubada do Presidente João Goulart? Antes de mais nada, como já afirmo desta tribuna o ex-Ministro Oswaldo Lima Filho, devemos indicar os agentes norte-americanos como os principais financiadores e articuladores da vitoriosa manobra. Por que fizeram isto? O povo brasileiro vinha obtendo importantes vitórias na defesa de sua soberania. Refiro-me à regulamentação da lei que disciplina a atividade dos capitais estrangeiros, às providências contra grupos que roubam nossas reservas minerais e ainda, Sr. Presidente, às patrióticas medidas adotadas de fortalecimento do monopólio estatal do petróleo, o que contrariou fundamentalmente os poderosos trustes petrolíferos. De outro lado, a atitude do governo eliminando as dificuldades legais à organização dos milhões de trabalhadores do campo e, ao mesmo tempo, iniciando certas medidas de latifúndio e propondo a alteração do inciso 16 do parágrafo 141 da Constituição, provocou a ira e a revolta dos privilégios que monopolizam a terra e espoliam nossos irmãos do campo. Deve-se acrescentar que a conduta compreensiva e democrática do Presidente Goulart ante os movimentos reivindicatórios dos operários do funcionalismo, dos marinheiros, dos sergenos, dos estudantes etc., despertou o ódio do antipovo. Eis aí portanto, Sr. Presidente, algumas das razões do golpe e que o caracterizam diante da História.

Nossos adversários, porém, apresentam o golpe de Estado de forma diversa. É certo que bastou o transcurso de poucas horas para por a nu a falsidade de suas afirmações. Diziam eles que se pretendia impedir violações da Constituição Federal e manter o soberania do Congresso. Que ironia do destino! Nunca, desde 1946, se estralhou mais fortemente a legalidade do que nestas últimas 72 horas. Milhares e milhares de brasileiros encontram-se presos sem mandado judicial; casas são invadidas e brutais violências são cometidas, particularmente no Guanabara e em São Paulo; os sindicatos foram interditados ou saqueados; governadores democratas estão ilegalmente encarcerados, como Arrais e Seixas Dória; jornais são censurados e depreçados ou impedidos de circular; deputados, como Nêiva Moreira, têm suas liberdades constitucionais grosseiramente violadas; os órgãos da Justiça estão impedidos de exercer sua missão constitucional. Onde, pois a vontade de garantir a legalidade? Onde o propósito de assegurar o livre exercício dos órgãos da República? Não, Sr. Presidente, esses fatos comprovam aquilo que antes já aqui se

dizia: o golpe de Estado visa apenas resguardar os privilégios de uma minoria reacionária que se arreceia de povo!

É certo que erguem a desmoralizada bandeira do anticomunismo para tentarem uma justificação para a ditadura. Mas, apesar da brutal campanha desfechada contra os comunistas, os homens conscientes sabem que os comunistas — usando de um direito que a Constituição sacramente, de livre manifestação de pensamento — sempre pregaram e advogaram uma solução pacífica para a crise. Portanto, a mistificação do anticomunismo, para justificar a ditadura, evaporará mais rapidamente que o Plano Cohen de 1937.

Diante desses acontecimentos, Sr. Presidente, que comportamento se espera dos homens democratas dentro e fora desta Casa? É indispensável a resistência à marcha da ditadura. Ninguém pode admitir as brutais violações da legalidade democrática e ninguém deve ceder diante de Ademar ou Lacerda ou ante o grupelho de generais fascistas que vêm ameaçando o próprio Congresso. A experiência histórica já demonstrou que a capitulação só envergonha e facilita o caminho da implantação definitiva das ditaduras. Por tal razão combatemos com intransigência a pretensão de se ferir novamente a Constituição com a pretendida cassação dos mandatos, ou com a eleição imediata de um substituto para o Presidente Goulart e que se eleja um inelegível.

Assim de tudo, pensamos ser imprescindível a unidade de todas as correntes democráticas e progressistas, que devem por de lado divergências, que até aqui as separavam, a fim de que possam barrar o caminho da reação fascista. Finalmente desejo manifestar, Sr. Presidente, nesta hora sombria a confiança de que muito em breve novos ventos soprarão em nossa Pátria. Um povo que destruiu a liberdade não será escravizado. E os que se ludiam com a campanha reacionária logo compreenderão seu equívoco. O povo é mais forte e seus interesses mais profundos e conduzirão à vitória sobre o grupelho de generais fascistas e sobre os dois tristes agentes do antipovo e da antinação — Lacerda e Ademar.

O povo vencerá, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. HERMES MACEDO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Marco Antônio acaba de declarar desta Tribuna que o golpe foi dado para restabelecer privilégios. Não concordo com Sr. Exa., porquanto, no meu entender, o golpe se foi dado, o foi para restabelecer a dignidade desta Nação.

Sr. Presidente há mais ou menos 30 dias, havia eu vaticinado que o começo do dia 13 de março era um começo de mau agouro, por se realizar num dia 13 e numa sexta-feira. O prezado colega João Velga veio à tribuna, logo a seguir, para dizer que tivéssemos confiança, porque o dia 13 era um dia de sorte. Particularmente digo a Sr. Exa. que gosto do dia 13, e não o considero um dia azafago. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho a comunicar à Casa uma boa notícia, notícia que espelha de certo modo a confiança e a tranquilidade que já vão imperando neste País: O dólar acaba de baixar de 2.250 cruzeiros, a que chegou, a menos de 1.300 cruzeiros. Não há com certeza para essa moeda no dia de hoje em São Paulo. Esta é a maior prova de tranquilidade reinante no Brasil. A moeda é uma coisa sensível. Ela reflete o que se passa numa